

RESPOSTA CRÍTICA A “USURA E JUROS: CORRIGINDO ERROS MODERNOS”

Michael Humpherys, 28 de julho de 2020

Fonte: <https://lendhopingnothing.wordpress.com/2020/07/28/critical-response-usury-and-interest-correcting-modern-errors/>

Tradutor do texto: Elvira Mattoso.

Descrição: O ensaio é uma resposta detalhada a um artigo de política do Leonine Institute intitulado “Usury and Interest: Correcting Modern Errors”, que visava a rearticular a doutrina católica perene sobre a usura. O autor argumenta que o artigo contém sérios erros devido a uma leitura equivocada da encíclica *Vix pervenit* do Papa Bento XIV e uma compreensão deficiente do contrato de mútuo. O ensaio defende que a usura se origina estritamente no contrato de mútuo, e critica a tentativa de expandir essa condenação para outros tipos de contratos e juros. Ele discute títulos extrínsecos e outros contratos para mostrar que a distinção chave está na transferência de risco e na reivindicação de propriedade, e não na mera transferência de propriedade, e que a rejeição a todo “empréstimo” adotada pelos autores do artigo é uma posição equivocada. Por fim, o autor propõe uma alternativa política simples à economia usurária moderna: a recusa do Estado em executar ações judiciais por insuficiência ou saldo devedor.

Não é segredo que a Igreja Católica tem condenado consistentemente a prática da usura desde seus primórdios. O ápice desse ensinamento é a encíclica *Vix pervenit*, do Papa Bento XIV. Nela, ele reafirma a doutrina tradicional com grande clareza, ao mesmo tempo em que recorda aos católicos que a usura permanece presente mesmo nas transações comerciais crescentemente complexas do século XVIII.

Hoje, essa doutrina é mal compreendida até mesmo entre os católicos. Poucos fiéis acreditam que a usura ainda esteja presente ou que seja, ao menos, uma questão de agiotagem ou de empréstimos consignados. Isso tem sido agravado pelo silêncio doutrinal do Magistério sobre o tópico da usura e pela crescente prevalência de apologistas da usura, mesmo entre o clero.¹ Apesar disso, os dias recentes têm

¹ Veja o trabalho do Pe. Thomas Divine, *Interest: An Historical and Analytical Study in Economics and Modern Ethics*, em que ele argumenta por um direito intrínseco à usura. Isso nega efetivamente que a usura seja intrinsecamente má, sendo antes uma questão de circunstâncias. O Pe. Patrick Clearly, em *The Church and Usury: An Essay on some Historical and Theological aspects of Money-Lending*, sugere que a condenação pelo Concílio de Vienne daqueles que negam que a usura é um pecado é historicamente contingente e prossegue a justificar a usura (p. 201).

visto alguns autores tentando rearticular a doutrina perene sobre a usura. Esses autores tentam dar dentes a uma doutrina que foi praticamente desarmada pela ignorância e pela aceitação prática.

Um desses exemplos é o recente artigo de política publicado pelo Leonine Institute, intitulado “[Usury and Interest: Correcting Modern Errors](#)” (“Usura e Juros: Corrigindo Erros Modernos”).² Eles se propõem a apresentar o ensinamento histórico sobre a usura e a fornecer um plano de ação para ajudar a acabar com a usura e realizar uma economia e sociedade mais justas. Com um objetivo tão nobre, é lamentável que o artigo apresente erros graves. Isso surge de uma leitura equivocada da *Vix pervenit*, uma falha em compreender o contrato de mútuo e uma aparente falta de conhecimento da história da questão. No decorrer deste ensaio, mostrarei onde o artigo é implausível, deficiente ou simplesmente equivocado.

Vix pervenit

Aristóteles é notório por dizer que “um pequeno erro no início leva a um grande no fim”. A definição de usura segue exatamente isso. Vários autores têm se proposto a definir a usura em diferentes sentidos. Usura é tirar vantagem dos pobres em empréstimos, cobrar taxas de juros excessivas, ou, mais conservadoramente, cobrar quaisquer juros sobre empréstimos. A última dessas posições equivocadas é a adotada pelo artigo do Instituto.

Ele adota essa definição ao considerar a *Vix pervenit*.³ Nesse documento, o Papa Bento XIV ensina claramente que “o lugar próprio e sede” do tipo de pecado chamado usura é encontrado no contrato de mútuo (latim: “mutuum”). Esse contrato, por sua natureza, exige uma devolução de igualdade e, portanto, o excesso sobre esse tipo de empréstimo é usura. Embora o termo “mutuum” seja traduzido simplesmente como empréstimo, Bento claramente liga a espécie de usura ao contrato de mútuo.

O artigo, no entanto, propõe que a encíclica considera a usura como algo que surge não apenas do mútuo, mas também de outros contratos.⁴ Em primeiro lugar, afirma que aqueles que consideram a usura presente apenas no mútuo baseiam isso “inteiramente e exclusivamente na escolha das palavras” de Bento XIV. Afirma ainda que mútuo também é usado para significar empréstimos em geral.

² Gostaria de acrescentar algumas observações editoriais. O artigo é certamente fruto de múltiplas mãos, mas de tal forma que a impressão é que três ensaios foram apensados um ao outro. Isso ocorre porque os mesmos tópicos são discutidos em múltiplas passagens, dando ao artigo uma estrutura geral desorganizada. Além disso, há contradições internas que discuto em meu ensaio. Finalmente, há alguns erros de digitação bem evidentes.

³ Veja <http://patristica.net/denzinger/>, #1475.

⁴ Páginas 6–7.

Por fim, citam uma seção posterior da *Vix pervenit* na qual Bento XIV parece dizer que contratos não-mútuo também são usurários.

Quanto às primeiras alegações, há dois problemas. Primeiro, disputar sobre a escolha de palavras de um documento magisterial é uma posição extremamente perigosa de se adotar. Isso é especialmente verdadeiro quando um documento está ensinando de forma muito específica sobre um pecado particular e relaciona isso de forma muito clara a um tipo particular de ato humano. Esse tipo de argumento, levado às últimas consequências, colocaria o próprio Magistério em disputa.

O segundo problema é que a compreensão da *Vix pervenit* não é “inteiramente e exclusivamente” um resultado da escolha de palavras. O documento foi escrito por um escolástico vivendo dentro de uma tradição que remonta a vários séculos. Essa tradição de canonistas e teólogos ensinava consistentemente que a usura surgia somente no mútuo.⁵ A formulação de Bento XIV reitera claramente essa mesma tradição e a confirma com autoridade magisterial.

Em seguida, os autores alegam que mútuo também é por vezes usado para se referir a empréstimos de modo geral. Isso pode ser verdade, mas eles falham em demonstrar que é isso o que Bento XIV tenha feito. Ademais, Bento XIV era um escolástico escrevendo na tradição mencionada acima. Para ele, usar a linguagem dessa tradição sem declarar claramente que esteja falando de forma geral levaria a uma confusão previsível. Se fosse esse o caso, Bento XIV seria gravemente negligente em seu ensinamento. Assim, dado o contexto da encíclica, um significado geral de mútuo é simplesmente implausível.

Por fim, o artigo lê uma seção posterior da *Vix pervenit* de tal forma que incluiria contratos de não-mútuo sob o título de usura. O trecho que eles fornecem vem do website Papal Encyclicals. Lendo o latim, trata-se de uma tradução um tanto deficiente, então eu forneço a mesma passagem do *Enchiridion Symbolorum* de Denzinger:

“Mas isto deve ser diligentemente levado em consideração, que alguém se persuadiria falsamente e certamente de forma precipitada de que sempre se encontra e está em toda parte presente, ou alguns títulos legítimos juntamente com um empréstimo, ou, até mesmo excluindo um empréstimo, outros contratos justos, com a ajuda dos quais títulos ou contratos, é permitido, tantas vezes quanto dinheiro, grãos, ou algo desse tipo é emprestado a outro, receber

⁵ Para várias citações dos escolásticos primitivos e tardios, bem como pesquisas de Raymond De Roover, Fabio Monslave e Pe. Bernard Dempsey, veja:
<https://lendhopingnothing.wordpress.com/2019/06/07/usury-and-mutuum-early-scholastics/>,
<https://lendhopingnothing.wordpress.com/2019/06/07/usury-and-mutuum-late-scholastics/>,
<https://lendhopingnothing.wordpress.com/2019/03/01/question-evidence-for-mutuum/>.

exatamente tantas vezes um acréscimo moderado além do principal inteiro e são. E assim, se alguém pensa desta maneira, estará sem qualquer dúvida em oposição não só às Escrituras divinas e ao julgamento da Igreja Católica sobre a usura, mas até mesmo ao próprio senso comum humano e à razão natural. Pois, isso pelo menos não pode escapar a ninguém, que em muitos casos um homem é obrigado a socorrer outro com um ato puro e simples de emprestar, especialmente quando Cristo, o Senhor, ensina: ‘A quem quiser que te peça emprestado, não voltes as costas’ (Mt 5,42); e que, similarmente, em muitas circunstâncias, além do próprio empréstimo, não pode haver lugar para nenhum outro contrato justo e verdadeiro. Quem, portanto, estiver disposto a consultar sua consciência, deve primeiro indagar se, com um empréstimo, há verdadeiramente algum outro título justo, ou, à parte de um empréstimo, há um contrato justo, em razão do qual o lucro que ele busca possa ser devolvido imune e livre de toda culpa.”⁶

A partir disso, eles concluem que Bento XIV estaria expandindo o sentido de usura para incluir outros contratos não nomeados que recebem um “acréscimo moderado”. Há alguns problemas com esse tipo de interpretação.

Em primeiro lugar, isso torna a própria encíclica internamente incoerente. Na seção 3.I, Bento ensina claramente que a usura encontra seu lugar próprio e sede no contrato de mútuo. Como notado, isso era consistente com a tradição canonista e teológica de que a usura é encontrada unicamente no contrato de mútuo. Interpretar a seção 3.V como o artigo faz é repudiar o ensinamento dado apenas alguns parágrafos antes. O lugar próprio e sede da usura não seria de fato o mútuo; ao contrário, ela encontraria uma fonte e origem também em outros tipos de contratos. Assim, na interpretação do artigo, *Vix pervenit* contradiria a si mesma.

Em segundo lugar, os autores que seguiram e foram contemporâneos à *Vix pervenit* não interpretaram essa passagem desse modo. O exemplo mais notável é o Doutor da Igreja, Santo Afonso de Ligório. Ele viveu na época em que *Vix pervenit* foi promulgada e até a cita em sua obra *Teologia Moral*, na qual, logo após definir e discutir a natureza estrita do mútuo, ele ensina que a usura é “o lucro que surge imediatamente de um mútuo”.⁷ Poder-se-ia multiplicar autores quase indefinidamente, mas quando um Doutor da Igreja vivendo contemporaneamente ao documento o interpreta de forma diferente deste artigo, estamos razoavelmente inclinados a considerar o entendimento do santo como superior.

⁶ Veja <http://patristica.net/denzinger/>, #1479.

⁷ Veja <https://archive.org/details/theologiamorali06mansgoog/page/n48>.

Embora essas considerações sejam suficientes para demonstrar que a posição do artigo é implausível, eu gostaria de propor outro significado para ajudar o leitor. Bento XIV está admoestando pessoas que acreditam que há “sempre” e “em toda parte” investimentos livres de usura. **Lendo muitos dos santos ao longo dos séculos XVI a XVIII, a usura era claramente prevalente em quase toda parte.** Então, a partir disso, parece que Bento XIV está admoestando aqueles que gostariam de pensar que a usura não é mais uma preocupação, assim como vemos hoje.

Além disso, embora eu adie a referência de Bento XIV a “títulos” para mais tarde em nossa discussão, ele menciona outros contratos. Historicamente, isso pode ser entendido como os vários contratos que eram empregados para ocultar a usura. Visto que o artigo não os discute, apenas os menciono aqui. Havia o câmbio “seco” ou fictício,⁸ o contrato triplo⁹ e o censo pessoal,¹⁰ os quais foram condenados por vários atos papais como usurários. **A maneira como os escolásticos da época os examinavam era ver se um contrato de mútuo estava virtual ou implicitamente presente.**¹¹ Assim, embora esses contratos não fossem mútuo no nome, eles, no entanto, incluíam contratos de mútuo que tornavam usurários os lucros. Muitos desses eram populares entre os leigos e promovidos por teólogos, contra o ensinamento dos papas.¹² Esses seriam tais contratos que, em aparência, eram justos pelo nome, mas eram frequentemente usados para ocultar a usura — e parece que Bento XIV estava advertindo acerca disso.

Numa seção posterior do artigo, discute-se outra passagem da *Vix pervenit*.¹³ O artigo aparentemente rejeita o uso que o falecido blogueiro Zippy Catholic fez dessa passagem para justificar a cobrança de juros em alguns casos. Ele argumenta que juros podem ser cobrados em contratos de não-mútuo, ou ao menos que isso não é usura. A passagem da *Vix pervenit*, novamente de Denzinger, diz o seguinte:

⁸ Veja *The Scholastic Analysis of Usury*, de John T. Noonan, p. 177, 331–335.

⁹ Ibid., p. 202s.

¹⁰ Ibid., p. 231s.

¹¹ Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, p. 269: “(...) encontrou-se que existia um título ou contrato implícito em contratos que, à primeira vista, poderiam ter sido considerados empréstimos [mutua] com usura”. Dempsey, *Interest and Usury*, p. 170, citando Molina: “Procure e veja se naquele contrato entra um mútuo, seja formalmente ou **virtualmente**; e se entrar, se se procura um ganho desse mútuo.” (negrito meu).

¹² Veja “Usury: The Amendment of Papal Teaching by Theologians”, de John T. Noonan em *Change in Official Catholic Moral Teaching*, ed. Charles E. Curran (Paulist Press, 2003), p. 80s. Ele expõe a história e a estratégia dos teólogos, especialmente jesuítas, que buscaram minar ou diminuir a condenação de contratos usurários feita pelos papas.

¹³ Páginas 11–12.

“Mas com isso não se nega de modo algum que às vezes possam ocorrer talvez certos outros títulos, como se diz, juntamente com o contrato de empréstimo, e estes de modo algum inatos ou intrínsecos em geral à natureza de um empréstimo, a partir dos quais surge uma causa justa e inteiramente legítima de exigir justamente algo mais acima do principal do que é devido pelo empréstimo. Da mesma forma, não se nega que muitas vezes o próprio dinheiro pode ser justamente investido e despendido em outros contratos de natureza diferente da natureza de empréstimo, seja para garantir para si uma renda anual, ou também para praticar comércio e negócios legítimos, e assim obter um lucro honesto.”¹⁴

Essa seção está um tanto confusa devido a uma aparente ignorância da história e da tradição às quais *Vix pervenit* se dirige. A passagem acima fala de títulos que não são de modo algum intrínsecos ao contrato, ou seja, extrínsecos. Isso é claramente uma referência à teoria bem estabelecida da época chamada “títulos extrínsecos”. Essa teoria buscava mostrar que existem alguns títulos extrínsecos ao próprio contrato que poderiam fornecer uma razão para cobrar algo acima do principal. Essa teoria teve um forte ponto de partida na aparente admissão disso por Santo Tomás de Aquino, quando ele afirma: “Um credor pode sem pecado entrar em um acordo com o mutuário para compensação pela perda que ele incorre de algo que deveria ter, pois isso não é vender o uso do dinheiro, mas evitar uma perda” ([Suma Teológica, II-II, q. 78, a. 2, ad 1](#)). Assim, Santo Tomás admite que há uma perda extrínseca que o credor pode reivindicar e firmar em um contrato separado para o mutuário pagar em excesso ao principal do mútuo. Exemplos disso são o custo de redigir o contrato ou de obter os bens a serem emprestados. Listas comuns de títulos extrínsecos incluem *poena conventalis*, *damnum emergens*, *lucrum cessans* e *periculum sortis*.

No que se segue, o artigo geralmente aceita a pesquisa e a autoridade de Brian McCall.¹⁵ Ele discute os títulos mencionados, exceto *periculum sortis*.

Começamos considerando o *poena conventalis*. Esse título era uma espécie de taxa cobrada como resultado do atraso no pagamento. Era acordado no momento da realização do empréstimo. Historicamente, era amplamente aceito¹⁶, e Santo Tomás admitiu que algum pagamento acima do principal era lícito nesse caso (cf. [De malo, q. 13, a. 4, ad. 14](#)). Além disso, Santo Tomás observa na *Suma Teológica* que um credor pode cobrar mais com base nos lucros virtuais que ele

¹⁴ Veja <http://patristica.net/denzinger/>, #1477.

¹⁵ É estranho que o artigo se baseie no artigo de McCall na *Cardozo Law Review*. Isso ocorre porque seu livro, *The Church and the Usurers*, inclui seu artigo quase literalmente, mas contém pesquisa adicional e corrige alguns erros que ele comete nesse mesmo artigo.

¹⁶ Veja Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, p. 109.

deixou de obter devido ao atraso no pagamento.¹⁷ Visto que esse título era tão amplamente aceito, ele também era frequentemente usado como uma maneira de ocultar a usura: o usurário e o mutuário pactuavam um mútuo tendo essa potencial taxa, com o acordo tácito de que o mutuário pagaria intencionalmente atrasado para que o usurário pudesse ocultar sua perversidade.

O artigo ignora em grande parte o título de *damnum emergens* (dano emergente). Aqui os autores parecem equiparar esse título a danos decorrentes de um pagamento atrasado. Mas esse título era tradicionalmente entendido como perdas que o credor sofria no início do empréstimo, e não no final. Por exemplo, o credor podia arcar com uma despesa para entregar o dinheiro ao mutuário ou a despesa de redigir e autenticar o mútuo. Isso é distinto de uma cobrança por atraso. Não está claro se os autores aceitariam isso, pois não é o resultado de “o mutuário falhar em cumprir sua parte no acordo”, como eles fazem com *poena conventalis*.

Não surpreendentemente, esse título também cresceu e se expandiu além da razão para incluir cobranças obviamente usurárias. O Padre Dempsey recorda e defende a noção de que *damnum emergens* (dano emergente) inclui qualquer desvantagem que o credor possa sofrer pela falta de seu dinheiro.¹⁸ Isso inclui situações obviamente injustas, como tornar o mutuário responsável por reparos que o credor é incapaz de realizar porque emprestou o dinheiro. Santo Tomás rejeita isso no *De malo*, argumentando que a “estultícia” do credor em não se proteger não deveria ser responsabilidade do mutuário (cf. [De malo, q. 13, a. 4, ad 14](#)). Obviamente, isso também estende *damnum emergens* para além dos danos reais sofridos como resultado direto do mútuo, incluindo quaisquer perdas ou desvantagens, mesmo que incidentalmente relacionadas à celebração do mútuo.

Em seguida, voltamos nossa atenção para a reivindicação de *lucrum cessans* (lucro cessante). Nessa seção, o artigo segue McCall, ao atribuí-lo a danos reais incorridos pelo credor. No entanto, em uma passagem anterior, o artigo rejeitou *lucrum cessans* por completo, uma vez que “só existe por causa do contrato de empréstimo em questão, é intrínseco a esse contrato”. Isso revela tanto uma compreensão deficiente dos títulos extrínsecos quanto uma aparente contradição interna no artigo. *Lucrum cessans* é um título com uma longa e acalorada história de debate. Não pode ser aceito ou rejeitado de forma tão leviana.

¹⁷ *Suma Teológica*, II-II, q. 62, a. 4, ad 2. Essa passagem é frequentemente usada para defender o título de *lucrum cessans* (lucro cessante), apesar do fato de Santo Tomás rejeitar claramente esse mesmo título na *Suma Teológica*, II-II, q. 78, a. 2, ad 1.

¹⁸ Bernard Dempsey, *Interest and Usury*, p. 173.

Como o artigo observa, *lucrum cessans* é uma reivindicação sobre o investimento lucrativo que poderia ter sido feito.¹⁹ Um comerciante tem direito aos lucros de seu negócio por causa do dinheiro que investiu nele. Se um homem se aproxima dele para um mútuo, ele deve retirar dinheiro de seu negócio para concedê-lo ao homem. A reivindicação de *lucrum cessans* é que o comerciante tem um título sobre esses lucros não realizados e, portanto, pode reivindicar algo acima do principal como compensação por essa perda que ele sofre.

Ao longo dos séculos, este título foi debatido. Ele foi geralmente rejeitado pelos escolásticos primitivos, mas ganhou aprovação quase universal nos séculos XVI e XVII entre teólogos e leigos. No entanto, um problema significativo é que o Doutor Angélico rejeita explicitamente a lógica desse título (cf. [*Suma Teológica*, II-II, q. 78, a. 2, ad 1](#); [*De malo*, q. 13, a. 4, ad 14](#)). Um grande esforço foi feito para justificá-lo contra Santo Tomás, e, por fim, geralmente se aceitou que Santo Tomás ou o aprovava, ou apresentava um argumento condicionado à economia do século XIII.

O problema com esse título é que ele não constitui perdas reais. No caso de *damnum emergens*, o credor sofre perdas reais ao pagar despesas relacionadas ao mútuo. *Lucrum cessans* reivindica um título sobre perdas que o comerciante nunca sofre, porque ele nunca tem os lucros, porque eles nunca existem. *Lucrum cessans* é um precursor do custo de oportunidade, que o artigo rejeita.²⁰

No fim, *lucrum cessans* não é nem intrínseco ao contrato nem dano real. O artigo simplesmente segue McCall, que afirma, juntamente com os escolásticos tardios, que *lucrum cessans* constitui dano real. A tradição escolástica tardia tentou explicar *lucrum cessans* como dano real semelhante a *damnum emergens*. No entanto, uma consideração do que o *lucrum cessans* reivindica mostra que não é o caso.

Por fim, há o título de *periculum sortis*. Essa era a reivindicação de que o credor tem algum direito sobre o principal devido ao risco de inadimplência. Vários argumentos foram apresentados em favor desse título, mas como o artigo não o aborda, eu simplesmente afirmarei que esse título falha. Contudo, nesse aspecto o artigo é um tanto deficiente. Isso ocorre porque os ajustes de risco a partir de probabilidades de inadimplência são usados nas finanças modernas para explicar certo nível de juros sobre títulos, por exemplo.

Esses são os títulos aos quais a *Vix pervenit* estaria se referindo historicamente. É importante notar que a *Vix pervenit* não aprova especificamente nenhum título

¹⁹ Página 6.

²⁰ Página 18.

extrínseco.²¹ Ademais, a linguagem da encíclica afirma que Bento XIV não está negando que tais títulos existam. Ou seja, ele não está dizendo que eles não existem de forma alguma, mas tampouco está afirmando positivamente que tais títulos existam.

Retornando à citação original do artigo, o artigo observa que ela discute títulos, bem como outros contratos. O artigo continua a seguir McCall e considera quatro contratos diferentes²² que foram tratados pelos escolásticos. Porém, antes de prosseguir para outros contratos, devemos abordar o que a *Vix pervenit* ensina explicitamente: a fonte e origem da usura, a saber, o mútuo. Como ela afirma, a própria natureza desse contrato exige igualdade, de onde a usura surge. Portanto, para entender a usura, devemos considerar a natureza do mútuo. O artigo trata disso, então consideremos seu tratamento.

Mútuo: fonte e origem da usura

A seção do artigo que discute o mútuo é curiosa.²³ Como vimos, o artigo aparentemente rejeita o ensinamento claro de Bento XIV, favorecendo uma interpretação que expande a usura para outros contratos além do mútuo. Apesar disso, o artigo tenta tratar a natureza do contrato de mútuo como fundamentalmente relevante para a questão dos contratos usurários.

O artigo considera a transferência de propriedade como central para o problema da usura e a natureza do mútuo. Ele cita Rupert Ederer, concordando que num mútuo há “algo que por sua natureza deve mudar de propriedade quando é emprestado, porque é consumido pelo mutuário (dinheiro, alimento)”. Ederer compara isso a uma ferramenta ou cavalo que pode ser alugado e a mesma coisa pode ser devolvida porque não é consumida. O resultado desse consumo é que a propriedade deve passar totalmente para o mutuário, ao passo que, quando a coisa não é consumida, isso não acontece. Usura, então, é cobrar pela coisa cujo domínio você acabou de conceder ao mutuário. Assim, vemos que no problema da usura a transferência de propriedade é fundamental.

A justificativa para essa transferência, porém, é comum, problemática e contrária à mente de Santo Tomás. Ederer se refere a um empréstimo de algo que por sua natureza é consumido e, portanto, deve mudar de propriedade. Isso trata o problema como relacionado à natureza da propriedade concedida, e não à natureza

²¹ É extremamente importante notar isso, porque autores como McCall atribuem especificamente *damnum emergens* e *lucrum cessans* como aprovados pela encíclica de Bento. A encíclica simplesmente não dá margem a tal interpretação.

²² Neste ponto, não está claro por que o artigo trata apenas dos quatro contratos selecionados. McCall trata de mais do que isso e os escolásticos trataram de ainda mais do que aqueles citados por McCall.

²³ Páginas 7–9.

do contrato. O problema com isso é que, como Santo Tomás observa, uma coisa tem mais de um uso (cf. [*Suma Teológica*, II–II, q. 78, a. 1, ad 6](#)). Um desses usos pode consumir a coisa, enquanto outros usos podem não consumi-la. Por exemplo, você pode usar tábuas de madeira para carregar coisas ou pode usá-las para queimar. A madeira é indiferente a esses usos e é o contrato que determina qual uso é normativo e autorizado. O próprio Santo Tomás dá o exemplo de um par de sapatos que pode ser vendido ou pode entrar em um mútuo, embora seu uso primário seja para vestir (cf. [*De malo*, q. 13, a. 4, ad 15](#)).

Com o insight de Santo Tomás em mente, consideremos a natureza do mútuo. Um mútuo é um contrato que concede propriedade para uma restituição em espécie numa data posterior. No acordo, o credor só tem direito à coisa em espécie. Isso difere de um arrendamento, em que o credor mantém seu direito sobre a propriedade específica que você deve devolver, enquanto lhe concede o uso dela. Porém, para o credor em um mútuo, a coisa em espécie é uma mera abstração, e não existe no contexto do contrato. Consequentemente, o único direito do credor é a promessa do mutuário de fazer uma restituição da mesma coisa em espécie ao fim do prazo contratual. Isso significa que um mútuo é um empréstimo garantido pessoalmente, porque o mutuário promete fazer a restituição aconteça o que acontecer com a propriedade,²⁴ e não há outra propriedade designada no contrato.

Como o artigo não reconhece isso, ele se baseia exclusivamente na transferência de propriedade. Mas a transferência de propriedade é uma condição insuficiente para caracterizar o contrato como um mútuo. Por exemplo, uma venda ou doação transferem ambas a propriedade,²⁵ mas claramente não são contratos de mútuo. De fato, historicamente, alguns autores adotaram a visão de que o mútuo era, na verdade, uma venda, devido à transferência de propriedade. Com base nisso, eles justificavam a usura pela imprecisão do preço justo e a diferença de valor do bem emprestado em diferentes tempos.²⁶ Obviamente, o artigo não adota essa posição, mas isso demonstra o perigo de uma consideração insuficiente da natureza do mútuo.

Tendo visto a natureza do mútuo e a deficiência do artigo a esse respeito, passamos à consideração de outros contratos.²⁷ Aqui eles seguem a pesquisa de McCall sobre esse ponto, que propõe que, ao compartilhar o risco do negócio, o

²⁴ *Suma Teológica*, II–II, q. 78, a. 2, ad 5: “Aquele que empresta [mutuat] dinheiro transfere a propriedade do dinheiro para o mutuário. Assim, o mutuário detém o dinheiro por sua conta e risco e é **obrigado a devolvê-lo integralmente**; portanto, o credor não deve exigir mais” (negrito meu).

²⁵ Para os propósitos deste argumento, é irrelevante se o lucro pode ser obtido nestes contratos, mas apenas que a transferência de propriedade é insuficiente.

²⁶ Veja *The Church and Usury*, do Pe. Cleary, p. 178s.

²⁷ Páginas 13–15.

“credor” se justifica em tirar algo acima do que foi dado. O artigo propõe que isso é o resultado das reivindicações de equidade envolvidas em alguns dos contratos.

Passemos ao segundo contrato chamado no artigo de “anuidade”.²⁸ A discussão do artigo se concentra principalmente no moderno contrato de seguro, mas o que eles estão se referindo (dado o artigo de McCall) é o contrato medieval de *census* (censo), às vezes traduzido como “anuidade” ou “hipoteca”. Primeiro, discutirei o que é o *census* real e como ele não envolve participação acionária, e depois o contrato de anuidade moderno.

O *census* medieval era um arranjo complexo. De acordo com o relato histórico de William Ashley, envolvia uma espécie de acordo de *leaseback* (arrendamento de volta).²⁹ O proprietário vendia a propriedade para o comprador do *census*. Ele receberia algum dinheiro e a propriedade de volta, mas onerada pela reivindicação do comprador sobre ela. Muitas vezes, esses contratos eram feitos sobre fazendas, e o comprador teria direito aos produtos reais do campo, recebendo pagamentos regulares.

Esse contrato era problemático para a doutrina da usura, porque tem alguma semelhança com o mútuo. A questão era determinar como o fluxo de pagamentos se justificava. Alguns alegavam que o comprador obtinha um direito a pagamentos futuros, mas obviamente isso por si só seria devastador para a doutrina da usura,³⁰ pois um usurário poderia simplesmente alegar que, ao contratar um mútuo, ele estaria obtendo um direito a pagamentos futuros do mutuário.

O escolástico tardio Juan de Lugo forneceu uma compreensão sofisticada do contrato que protegia a doutrina da usura.³¹ Segundo ele, o comprador ganharia um usufruto parcial sobre a propriedade, ou seja, ele não se tornaria o proprietário

²⁸ Eu pulo aqui a parceria, pois este era um contrato incontestado que envolve, obviamente, uma *equity stake* (participação acionária). No caso de ações ordinárias, a transação claramente não é um mútuo, porque o comprador está transferindo a propriedade de seu dinheiro por um direito sobre a empresa. Não é óbvio por que isso não é um mútuo para o artigo, visto que o dinheiro transfere a propriedade, mas o direito recebido pelo credor nunca foi considerado.

²⁹ Veja *An Introduction to English Economic History and Theory: The End of the Middle Ages* de William Ashley, p. 406: “(...) o proprietário vendia sua propriedade, incluindo o direito de receber o aluguel, a terceiros, em troca de uma quantia em dinheiro, e então imediatamente a recebia de volta onerada com a obrigação de ele mesmo pagar no futuro essa taxa de aluguel específica”.

³⁰ Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, p. 155s.

³¹ Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, p. 242, citando *Disputations* de Juan de Lugo: “(...) compra-se parte do usufruto do campo sobre o qual o *census* é constituído. Então, (...) por outro contrato, que está implicitamente contido na própria constituição de um *census* real, é acordado pelas partes que, em vista da expectativa do fruto que o comprador tem desse usufruto, o vendedor se obriga a pagar tal pagamento anual em dinheiro; – e desse modo o contrato anterior é reduzido à obrigação de pagar apenas uma soma anual, pela qual o vendedor resgata o usufruto parcial do campo que ele havia vendido; o campo mesmo, porém, permanecendo realmente obrigado à maneira de um penhor para o pagamento do dinheiro prometido”.

nem obteria uma participação acionária. O comprador no contrato alugaria de volta esse usufruto ao vendedor do *census*. Ele estipularia então que os pagamentos fossem feitos em equivalentes monetários, em vez dos frutos literais da terra. Isso é consistente com a história apresentada por Ashley e continua a distingui-lo do mútuo, no qual o credor recebe apenas a promessa de restituição da parte do mutuário.

Esse contrato também recebeu aprovação magisterial geral. Em [*Regminis universalis*](#), o Papa Martinho V aprova o contrato, desde que o credor não possa acionar o mutuário se o principal não puder ser recuperado da propriedade; e São Pio V, na bula [*Cum onus apostolicae servitutis*](#), insistiu em uma base patrimonial frutífera consistente com a teoria de Juan de Lugo.

Esse tipo de contrato é distinto de um contrato de anuidade moderno vendido por uma empresa financeira. Os contratos de anuidade podem ser acordos muito complexos. Esses contratos envolvem o depósito de dinheiro em uma conta onde o valor é então alocado para diferentes subcontas investidas em diferentes ativos. O crescimento do valor da conta pode ser garantido com um mínimo e o fluxo de pagamentos pode ser garantido por um período definido ou por toda a vida. Existem “cláusulas adicionais” que podem ser incluídas e que multiplicam as complexidades desses acordos.

Para obter uma compreensão desse contrato, consideremos um caso muito mais simples, o *depositum* e a conta poupança. A distinção entre esses dois pode ser dita como a diferença entre ter dinheiro *no* banco e ter dinheiro *com* o banco (em inglês: *money in the bank* vs. *money at the bank* — *in* significando que você o empresta, *at* significando que o banco o guarda).

Um *depositum* é considerado um mero depósito em caução. Um depósito em caução é quando você passa a posse de alguma propriedade para outra parte para algum propósito, retendo a propriedade. Assim, quando você deixa seu terno na lavanderia, eles tomam posse dele e são responsáveis por ele enquanto o limpam. Um *depositum* é um simples depósito em caução, no qual o detentor apenas guarda a propriedade. Esse é o caso de um caixa-forte no banco. O banco toma posse do que você está depositando, mas você retém a propriedade dessas coisas específicas. Ou seja, seu dinheiro está lá no banco.

Em contraste, uma conta poupança não é o mesmo tipo de contrato. Muitas pessoas pensam que quando têm uma conta poupança, elas têm alguns dólares no banco, mas não é esse o caso. Quando você deposita dinheiro em sua conta, o banco pega esse dinheiro e ele se torna um passivo em seu balanço. Eles vão e gastam esses dólares como parte de suas operações, mas você tem um direito

sobre seus ativos. Esse direito está na forma do seu acordo de conta poupança, que inclui, entre outras coisas, o direito a saques sob demanda. Assim, quando você deposita dinheiro em um banco, você está realmente investindo no banco, mas, novamente, você obviamente não é um proprietário do banco.

Isso é visto particularmente no caso de uma “corrida bancária”. Tal situação ocorre tipicamente quando a classificação de crédito de um banco foi rebaixada ou há algum evento que faz as pessoas quererem dinheiro físico. O resultado é que o banco deve fornecer dólares para esses saques. Como o banco não mantém todos esses depósitos em espécie e não há dólares que você possua especificamente, pode acontecer que você vá ao banco e não haja dinheiro para você sacar. Ignorando o FDIC (Fundo Garantidor de Depósitos), se o banco falir, algo semelhante pode acontecer: você simplesmente perder o valor de sua conta no banco, porque não há ativos suficientes para cobrir as reivindicações contra o banco.

Isso é semelhante no caso de uma anuidade moderna. Certamente você tem direitos maiores do que numa conta poupança, mas não há uma pilha de dinheiro que você possua ou sobre a qual tenha algum direito. Quando você deposita dinheiro em sua conta, isso se torna um passivo da empresa, que eles cobrem com seus ativos. Esse dinheiro pode ser investido em ativos para ajudar a garantir o retorno que eles lhe prometem. Porém, é possível que, se a empresa falir, você não receba de volta todo o valor da sua conta.

O próximo contrato considera uma forma de títulos do governo chamados *montes*. O artigo falha em mencionar um dos componentes significativos da aceitação escolástica desses títulos, a saber, que eles eram involuntários.³² Os líderes das cidades-estado italianas pegavam a propriedade das pessoas, muitas vezes para ajudar a financiar guerras interurbanas frequentes, e concediam aos cidadãos uma promessa de pagar de volta com algum excesso. Isso não parece incluir uma participação acionária e não está claro que a autoridade do Estado para tributar realmente justifique esses títulos. Em qualquer caso, o caráter involuntário desses títulos os torna diferentes moralmente, de modo que não é simples compará-los a títulos governamentais modernos.

Ao falar com o Dr. Levi Russell, o artigo confundiu esse *montes* com os *Montes Pietatis*.³³ Os *montes* mencionados por McCall eram empréstimos governamentais forçados. McCall observa que esses fundos eram “conscriptados” dos cidadãos e o

³² Noonan, p. 121–122.

³³ William Ashley, *Introduction to English Economic*, p. 447–448: “O *mons pietatis* havia sido sugerido por uma prática mais antiga que havia causado muita discussão entre canonistas e teólogos; e essa era o sistema de dívida pública a que recorriam muitos estados italianos. As grandes repúblicas, Veneza, Florença e Gênova, viram-se obrigadas a exigir empréstimos forçados de seus cidadãos, e a evitar a insatisfação pagando um juro anual”.

Estado pagava uma “gratificação” anual aos cidadãos. Esses não são, obviamente, empréstimos que o governo contrata de seus cidadãos, mas sim títulos involuntários que o governo forçava sobre seus cidadãos. Os *Montes Pietatis* eram casas de penhor caritativas administradas, em alguns casos, pelos franciscanos. Eram em grande parte financiados por doações de patronos ricos e cobravam uma taxa relativamente pequena sobre os empréstimos.³⁴ Esses dois *montes* são manifestamente diferentes, e McCall está se referindo ao primeiro. Assim, ele não está dizendo que os escolásticos argumentavam que o Estado poderia cobrar juros sobre os empréstimos que fazia a seus cidadãos.

Por fim, chegamos às vendas a crédito. Esse tipo de contrato ocorre quando eu lhe concedo algo, digamos um rolo de seda, para ser pago em dinheiro em alguma data futura. Esses são claramente acordos de mútuo que estipulam que a devolução em espécie seja feita em equivalente monetário. Isso é tratado por Santo Tomás em sua carta *De emptione*. Ele considera alguns casos em que tal transação é justa ou usurária. Embora Santo Tomás não trate do caso específico, McCall observa que os escolásticos reconheceram que um preço mais alto pode ser cobrado se o preço futuro for duvidoso.

A questão surgiu em parte por causa de uma carta do Papa Alexandre III ao arcebispo de Gênova que chegou às *Decretales*. Na carta, ele trata da questão de cobrar mais em vendas a crédito. Ele afirma que o contrato seria pecaminoso, a menos que o preço futuro fosse duvidoso. A questão então é como conciliar isso com a doutrina da usura.

McCall observa que isso pode ser entendido como lícito sob uma noção de preço justo. Permita-me oferecer uma maneira de pensar sobre essas transações. Se eu lhe concedo um rolo de seda, então, após o término do mútuo, você me deve de volta um rolo de seda. Ora, o preço de um rolo de seda pode variar entre o momento em que eu o dou a você e o momento da devolução. No fim, porém, você ainda me deve um rolo de seda. Agora, o equivalente monetário de um rolo de seda pode ser maior ou menor no momento da devolução e estar sujeito a um preço justo. Assim, ao devolver exatamente um rolo de seda em equivalente monetário, você pode me dever mais ou menos em dinheiro.

Vale notar que esse tipo de lógica repudia a inflação como desculpa para a usura. No caso discutido, o preço da seda sobe ou inflaciona. Isso significa que um rolo de seda é mais valioso em termos de dólares hoje do que era quando foi concedido no

³⁴ Veja Nonnan, p. 295: “Um *mons pietatis* era uma casa de penhores pública, regularmente financiada por doações de caridade e administrada não para lucro, mas para o serviço dos pobres. Cobrava uma pequena taxa pelo cuidado dos penhores e pelas despesas de administração, incluindo os salários de seus funcionários, para que o capital não se esgotasse eventualmente pelos custos do negócio”.

mútuo. No entanto, o que é devido de volta é um rolo de seda, e não o valor ou o poder de compra. Se a inflação fosse um componente justo dessa análise, então, quando o preço da seda aumentasse, o mutuário deveria menos de um rolo de seda de volta.

Como McCall observa, transações como esta, envolvendo considerações de preço justo, eram frequentemente uma fonte de usura oculta. Se eu lhe empresto em um mútuo 10 maçãs, mas estipulo uma devolução em laranjas, então surge o problema da equivalência entre maçãs e laranjas. A incerteza em torno do preço justo abre caminho para a usura oculta. Isso provavelmente explica por que Alexandre III aconselha os cidadãos a serem cautelosos, pois isso não pode ser escondido de Deus.

Tendo examinado os quatro contratos mencionados no artigo, passemos para uma seção posterior que tenta fazer uma distinção entre dívida corporativa moderna e *equity* (capital próprio).³⁵ Aqui, o artigo afirma que os lucros recebidos por um investidor são justificados porque ele compartilha o risco do negócio. Essa participação no risco é um indicativo de que a propriedade não passou completamente e que ele tem uma *equity stake* (participação acionária) no negócio. Se o negócio não produz lucros, o investidor não recebe nada. Isso visa a distinguir um *corporate bond* (título corporativo) em que os cupons devem ser pagos antes que os lucros dos investidores sejam considerados e o detentor do título esteja em primeiro lugar no caso de liquidação do negócio. Consequentemente, parece que os pagamentos de cupons do detentor do título não são justificados porque ele não compartilha o risco do negócio.

No entanto, a distinção proposta é tênue, na melhor das hipóteses. Se aceitarmos a premissa de que a participação no risco do negócio justifica os pagamentos, então o detentor do título compartilha o risco e, por isso, e os pagamentos são justificados. Se o negócio fracassar, o detentor do título pode não receber seus pagamentos de cupom. Além disso, mesmo que os detentores de títulos estejam em primeiro lugar na liquidação, isso não significa que eles receberão de volta qualquer parte de seu principal se houver ativos insuficientes. Isso é ainda pior no caso de títulos *junior* ou subordinados, que estão mais atrás na linha para receber o reembolso das liquidações. McCall admite algo parecido no caso do *census*, em que esse contrato compartilha o risco da “esterilidade da base”.

Outra consideração é a realidade da *preferred stock* (ação preferencial). Esse tipo de ação é claramente uma *equity claim* (reivindicação de capital próprio) na empresa, mas possui características similares às dos títulos. As ações

³⁵ Páginas 20–22.

preferenciais têm direito a pagamentos regulares de dividendos provenientes dos lucros do negócio e, se estes não forem pagos em um determinado período, as ações preferenciais estão em primeiro lugar para receber o pagamento antes dos *common stockholders* (acionistas ordinários). Ademais, elas também possuem prioridade nos direitos de liquidação em relação às ações ordinárias. Esses títulos compartilham menos o risco do negócio do que as ações ordinárias, porém mais do que os títulos acima. Em última análise, cada um desses títulos compartilha em graus variados o risco do negócio como resultado de seus variados direitos de propriedade sobre o negócio. Assim, a distinção entre ações e títulos é de grau, e não de natureza.

Isso difere do caso de um mútuo. Nesse caso, o credor não assume nenhum risco associado à propriedade, porque não tem direito sobre ela. Sua única reivindicação é a promessa pessoal do mutuário, que não pode ser propriedade. No *bond* (título) ou *census*, o comprador recebe um direito sobre a base frutífera, seja uma empresa *Fortune 500* ou uma fazenda. Desse direito, ele pode obter um lucro, conforme explicado por Juan de Lugo no caso do *census*. Essa distinção é de natureza, e não meramente de grau. Em última análise, títulos corporativos não são mútuos e, portanto, não são usurários, porque o detentor do título tem um direito sobre a propriedade real, e não a promessa pessoal do mutuário.

[Nota d'O Recolhedor: Evidentemente, isso não garante que a aquisição de títulos corporativos exclua a possibilidade de usura, conquanto não sejam contratos de mútuo, pois quem compra ações de instituições bancárias, por exemplo, recebe dividendos provenientes da perversidade usurária delas.]

Conclusão e proposta política

Poderia ser dito mais sobre o artigo, incluindo esclarecimentos e correções adicionais. Mas este ensaio já se estendeu demais, pois me aproximo da contagem de palavras do próprio artigo. Basta dizer que o artigo falha no início ao tentar expandir o ensinamento claro e explícito do Papa Bento XIV sobre a fonte e a origem da usura. Ao tentar compreender o mútuo, o artigo falha em tratar adequadamente a natureza do contrato. Juntas, essas falhas levam a uma posição excessiva de rejeição a todo “empréstimo”.

Proporei aqui outra possível política. O Estado poderia simplesmente recusar-se a executar *deficiency judgment* (ação judicial por insuficiência ou saldo devedor).³⁶

³⁶ Deficiency judgment (em português, *sentença de insuficiência* ou *execução por saldo devedor*) é uma figura típica do direito contratual e hipotecário anglo-americano. Ela ocorre quando, após a execução de um bem dado em garantia — geralmente em hipoteca (*mortgage foreclosure*) ou empréstimo garantido (*secured loan*) — o valor obtido com a venda do colateral não cobre integralmente a dívida. Quando isso acontece, o credor pode recorrer ao tribunal para obter um

Isso não eliminaria nem tornaria ilegal toda usura. Porém, é muito simples de implementar e não requer conhecimento ou julgamento especial em relação aos contratos. Se o reclamante exigir que o Estado force o mutuário a pagar algo além da propriedade especificamente designada pelo contrato, o Estado poderia simplesmente recusar. Embora os termos do contrato possam ser em si mesmos usurários, isso tem a vantagem de recusar-se a aplicá-lo como um contrato de mútuo. Isso também incentiva fortemente os credores a colateralizarem adequadamente seus empréstimos com propriedade específica.

Apêndice

Passei algum tempo me comunicando com Anthony Fernandez no Twitter. Prometi que trataria do pagamento de juros em contratos de hipoteca se fosse relevante. Anthony insiste que o banco cobra do mutuário pelo que lhe pertence, ou seja, a casa. Isso, eu acho, é ingênuo demais financeiramente, então vamos tratar do problema.

Numa hipoteca lícita sobre uma casa nova, o banco e o mutuário se unem para adquirir alguma propriedade. Isso tem um caráter de *societas* ou parceria, porque as partes estão se unindo para um fim particular. O banco fornece os fundos para comprar a propriedade, mas transfere o título para o mutuário. O mutuário, no entanto, não detém plenos direitos de propriedade sobre o bem. O banco retém um

deficiency judgment, isto é, uma decisão judicial reconhecendo que o devedor continua responsável pelo valor remanescente da dívida, mesmo depois de perder o colateral. Assim, o credor passa a poder perseguir outros bens do devedor para satisfazer o saldo.

Em termos mais técnicos:

1. O empréstimo é garantido por um colateral (casa, carro, equipamento etc.).
2. O devedor entra em inadimplência.
3. O credor executa o colateral e o vende.
4. Se o preço de venda $<$ valor total devido (principal + juros + custos), abre-se um deficiency (deficiência).
5. O credor então pede ao tribunal um judgment (sentença) para cobrar esse déficit diretamente do devedor.

Pontos importantes:

- Em alguns estados norte-americanos não é permitido emitir deficiency judgments em certos tipos de hipoteca (*non-recourse states*); nesse caso, o credor só pode ficar com o colateral.
- Em sistemas de *common law*, um empréstimo com colateral só é realmente “sem recurso” (*non-recourse loan*) quando não existe a possibilidade legal de deficiency judgment.
- Do ponto de vista da teoria escolástica da usura, um contrato que admite *deficiency judgment* não é um empréstimo com penhor no sentido clássico: ele se aproxima do mútuo porque transfere risco ao mutuário além do colateral. (N.T.)

interesse de propriedade na casa, que serve como garantia para o dinheiro gasto em sua compra. Em caso de inadimplência, o banco tem o direito de executar a hipoteca da casa e vendê-la para cobrir o principal restante. O mutuário, por outro lado, tem uso exclusivo da propriedade. Visto que o banco detém um direito de usar a propriedade como garantia, o banco aluga de volta esse direito de uso ao mutuário, que de fato está usando a casa como seu lar. Isso é semelhante ao caso do *census*, no qual o comprador tem um direito parcial ao uso que ele aluga de volta ao vendedor.

No caso de uma hipoteca sobre uma casa já possuída, isso parece claramente ser um exemplo de um contrato de *census*, no qual o proprietário vende um direito de usufruto ao banco enquanto continua a usar a propriedade. Isso parece ser o que Martinho V fala quando aprova pessoas que “oneram seus bens, suas casas, seus campos, suas fazendas, suas posses e heranças, vendendo as receitas ou rendas anuais...”.

Outro exemplo disso seria o caso de sublocações. Suponha que um homem tenha construído um *strip mall* (centro comercial) com cinco unidades. Ele está lutando para encontrar inquilinos a \$500/mês por unidade. Eu o procuro e concordo em alugar todo o *strip mall* sob a condição de que eu possa sublocá-lo para outros. Para isso, ele me concede um desconto e me cobra um aluguel de \$2000 por mês. Eu, por minha vez, subloco as unidades para cinco inquilinos por \$450 por mês, totalizando \$2250 por mês, obtendo um pequeno lucro mensal para mim.

O que permite isso é que estou pagando ao proprietário por um usufruto do edifício. Ou seja, estou pagando por certos direitos de propriedade, especificamente pelo direito de usá-los sem me tornar proprietário do imóvel. Eu então subloco esses direitos de propriedade para outras pessoas e cobro delas. Os lucros que obtenho não são resultado de uma *equity stake* (participação acionária) que tenho no edifício, mas sim de um direito de propriedade que tenho sobre ele.